

5º Dia Mundial dos Pobres: Defensoria Pública de Minas e Arquidiocese de BH promovem ação social para pessoas em situação de rua

DPMG disponibilizou mutirão de orientação jurídica e ações psicossociais para o acesso a direitos e cidadania, além da arrecadação de donativos

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



Foram oferecidos gratuitamente serviços de cuidados pessoais, como cabelo e barba, pelo Instituto Técnico dos Cabeleireiros (ITC), além de café da manhã e almoço

Defensoria Pública presta atendimento jurídico e psicossocial às pessoas em situação de rua durante o V Dia Mundial dos Pobres



Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG

PÁGINA 4

Defensoria Pública institui Diário Oficial Eletrônico como veículo oficial para publicação e divulgação de seus atos

PÁGINA 4

Poder de requisição da Defensoria Pública reduz judicialização, indica estudo do Condege

PÁGINA 7

Defensor público recebe homenagem no TJMG por atuação em Brumadinho

O defensor público Felipe Augusto Cardoso Soledade foi homenageado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) com a placa "Desembargador Herbert Carneiro". A honraria é destinada ao reconhecimento de personalidades que se destacam no tratamento adequado de conflitos e na promoção da conciliação, no âmbito do Judiciário mineiro.

PÁGINA 9

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Institucional PÁGINA 2
- > Mundo oficial PÁGINA 3
- > Ações de destaque PÁGINAS 4, 5, 6 e 7
- > Escola Superior PÁGINA 8
- > Homenagens PÁGINA 9
- > Reparação Brumadinho PÁGINA 10
- > Inspirando novas atitudes PÁGINAS 11 e 12
- > Procedimentos e comunicados internos PÁGINAS 13 e 14

INSTITUCIONAL

Defensor-geral e chefe de Gabinete se reúnem com o presidente da Assembleia Legislativa de Minas

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, e a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, se reuniram na segunda-feira (9/11), no Edifício Tiradentes, com o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus. Também participou do encontro a deputada federal Greyce Elias.

Na reunião foi discutida a proposta de criação de curso para vereadoras, com o objetivo de formá-las procuradoras da mulher em seus municípios – uma iniciativa para promover a educação em direitos e também o enfrentamento à violência contra as mulheres.

A ALMG também se colocou à disposição para apoiar a Defensoria de Minas na divulgação do curso

de defensoras populares, que forma lideranças comunitárias e promove o combate à violência de gênero. A DPMG já formou defensoras populares em Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia.



Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG

DPMG recebe visita de cortesia do presidente da Cohab de Minas Gerais

Na terça-feira (9/11) o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu em seu gabinete a visita do presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab), Weber Dias Oliveira.



Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG

No encontro foram tratados assuntos institucionais e serviu também para reafirmar as parcerias entre a DPMG e Cohab.

Há duas parcerias em vigência entre as instituições: uma com objetivo de promover a regularização de 10 conjuntos habitacionais da Cohab-MG, provenientes do Programa de Saneamento Ambiental (Prosam); e a outra com foco na atuação extrajudicial, que consiste na união de esforços para estimular a solução consensual dos conflitos decorrentes dos programas de Habitação Social.

Também estiveram presentes a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; o defensor público Giovanni Manzo; o diretor jurídico da COHAB, Carlos Carvalho, e o advogado da Cohab, Clovis Nogueira.

Defensor-Geral se reúne com presidente da ADEP-MG

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, se reuniu com o diretor-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Fernando Martelleto, na quinta-feira (11/11). Durante a reunião, foram tratados assuntos de interesse da Instituição, da classe e dos servidores.

Estiveram presentes também o subdefensor público-geral, Nikolas Katopodis; a chefe de Gabinete, Raquel Dias; os assessores Jurídico-Institucionais Cláudio Miranda Pagano e Francisco de Assis de Castro Calcagno; e o presidente da Associação dos Servidores da DPMG (Asamdep-MG), Adalto Quaresma Lemos.



O encontro aconteceu no Gabinete da Defensoria-Geral – Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG

MUNDO OFICIAL

Defensores públicos participam de inauguração de unidade socioeducativa na cidade de Patrocínio

Os defensores públicos José Luís Galdino e Maria Aparecida Martins Silva representaram a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na inauguração do Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas (PEMSE) em Patrocínio/MG. O evento ocorreu no dia 9 de novembro. Por meio do Governo de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), a unidade de semiliberdade vai receber adolescentes em conflito com a lei no município.

A iniciativa permite o atendimento adequado e a responsabilização de adolescentes autores de atos infracionais, onde possam trabalhar com eixos de



Fotos: Dirceu Aurélio e Tiago Ciccarini / Ascom Sejusp



Foto: Dirceu Aurélio e Tiago Ciccarini / Ascom Sejusp

cultura, esporte, escolarização, profissionalização, entre outros.

Além do município de Patrocínio, também foram inauguradas unidades de semiliberdade em Uberlândia e Uberaba e ainda um centro socioeducativo de internação em Tupaciguara. A inauguração dessas unidades socioeducativas resulta de um compromisso firmado entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Estado de Minas Gerais por intermédio da Sejusp e das secretarias de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e de Infraestrutura (Seinfra).

Assessora institucional da Defensoria de Minas representa defensor-geral em Fórum de Governança no TJMG

A assessora institucional e coordenadora do Atendimento da Capital da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensora pública Sílvia Leonel Ferreira, representou o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares na abertura do “I Fórum de Governança no Poder Judiciário: a Experiência na Prática”. O evento ocorreu na quinta-feira (11/11), no edifício-sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Também esteve presente o presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), defensor público Fernando Martelletto.

A finalidade do Fórum é avaliar, direcionar e monitorar os resultados do trabalho prestado à sociedade. Esse é o primeiro encontro dos tribunais de justiça brasileiros para discutir o tema. O presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, ressaltou

que, para alcançar o bem comum, é necessário o exercício permanente de repensar e aperfeiçoar rotinas de trabalho e aprimorar processos internos, tendo como foco a atividade-fim da instituição.



AÇÕES DE DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas e Arquidiocese de BH promovem ação social para pessoas em situação de rua

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, da Arquidiocese de Belo Horizonte, se uniram mais uma vez para promover ações sociais destinadas à população em situação de rua que vive na capital.

A campanha é inspirada no “Dia Mundial dos Pobres”, instituído pelo Papa Francisco, cujo tema desta edição é “Sempre tereis pobres entre vós”. Esta é a quinta edição da iniciativa, lançada em 2017, sempre com a parceria da DPMG.

Neste ano, as atividades aconteceram na quarta-feira (10/11), no Santuário Nossa Senhora da Conceição dos Pobres, no bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, com ações direcionadas às pessoas vulneráveis que procuram o apoio da Arquidiocese.

Mais de 200 pessoas socialmente fragilizadas foram contempladas com a iniciativa.

Defensoras e defensores públicos prestaram atendimento jurídico nas áreas de saúde, família, violência contra a mulher e criminal. O Setor Psicossocial da DPMG também estava presente e prestou assistência psicológica e social.

Além da acolhida, a Arquidiocese proporcionou um “momento espiritual” para os presentes,

oferecidos, gratuitamente, serviços de cuidados pessoais, como cabelo e barba, pelo Instituto Técnico dos Cabeleireiros (ITC), além de café da manhã e almoço e distribuição de roupas, calçados, alimentos e produtos de higiene pessoal.

Para esta edição, a DPMG fez uma campanha interna e externa de arrecadação de doativos. O evento também teve o apoio do SicoobJus-MP, Mesa Brasil, Supermercados BH, Super Cestas Básicas de Alimentos e do Serviço Social Autônomo (Servas).

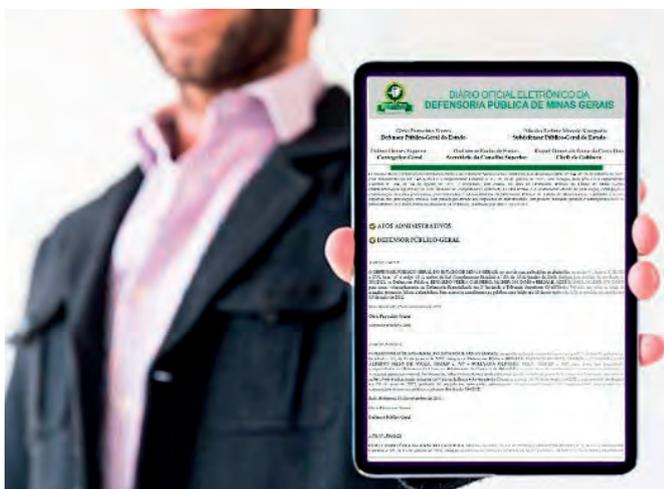
Foto: Marcelo Sant’Anna / DPMG



[Confira as fotos e a matéria na íntegra](#)

DPMG institui Diário Oficial Eletrônico como veículo oficial para publicação e divulgação de seus atos

Nova ferramenta consolida autonomia e garante ainda mais transparência nas informações da Defensoria Pública de Minas Gerais



A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) lançou, no dia 9 de novembro, uma importante ferramenta que irá possibilitar redução nos gastos da Instituição e mais facilidade para consulta dos seus atos administrativos, normativos e procedimentais. Trata-se do Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DODP/MG), implantado pela Defensoria Pública-Geral e instituído por meio da Resolução 384/2021, publicada em 26 de outubro. O Diário Oficial Eletrônico da DPMG substituirá a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, sem custos, no portal da Instituição.

[Leia mais](#)

[Acesse aqui a página no portal](#)

AÇÕES DE DESTAQUE

Parceria com Fhemig possibilita avaliação médica na área de saúde mental aos assistidos e assistidas da Defensoria de Minas

Uma parceria entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) está auxiliando assistidas e assistidos da Instituição no atendimento a pessoas com transtornos mentais para conseguir ou complementar o tratamento na rede pública de saúde.

A cooperação entre os órgãos consiste na atuação de médicos psiquiatras residentes da Fhemig, nas dependências da DPMG, articulada com a atuação de defensoras e defensores públicos e profissionais do Centro Psicossocial da Defensoria.

Esta atuação em conjunto é especialmente importante nos casos em que não é possível acessar as informações médicas do assistido ou quando estão incompletas.

A cooperação também é valiosa para os casos de internação involuntária e nas demandas judiciais de internação, que se servem dos pareceres técnicos.

O convênio tem abrangência estadual e defensoras e defensores públicos que atuam nos municípios que contam com estrutura hospitalar da Fhemig podem utilizá-lo.



Gério Patrocínio Soares recebe o médico psiquiatra supervisor dos residentes, Hélio Lauar (1º à esquerda), em reunião na Defensoria-Geral – Foto: Marcelo Sant’Anna/DPMG

[Leia a matéria na íntegra](#)

TJMG julga ADIs da Defensoria Pública do Estado e suspende cobrança de taxas municipais em Caeté e Buenópolis

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais julgou parcialmente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.19.099455-8/000 proposta pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em face de dispositivos do Código Tributário do Município de Caeté. Com a decisão, os contribuintes deixam de pagar por taxas como de iluminação pública, conservação de vias e de expediente.

A medida liminar havia sido indeferida em 11 de março de 2020, ao fundamento de que se trataria de normas que estão em vigor há quase 22 anos e, desta forma, não haveria periculum in mora. No entanto, ao apreciar o mérito, foi declarada a inconstitucionalidade da “Taxa de Limpeza Pública”, da “Taxa de Conservação de Vias e Logradouros”, e da “Taxa de Expediente” (exceto no que tange à lavratura de termos e contratos com o Município), todas previstas na referida legislação.

Por maioria, houve a modulação temporal dos efeitos da decisão, de modo que a ineficácia dos referidos dispositivos vigora somente a

partir da data da publicação daquela.

Buenópolis – Foi julgada, ainda, procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.19.029701-0/000 proposta em face de dispositivos do Código Tributário do Município de Buenópolis, no Norte de Minas. A medida liminar havia sido deferida em 13 de setembro de 2019, suspendo a cobrança de “Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos”, “Taxa de Limpeza Pública” e “Taxa de Serviços Diversos” (sobre emissão de certidão e protocolo), previstas no Código Tributário Municipal.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, enfatizou a importância da atuação perante a jurisdição constitucional para promoção de direitos humanos e proteção de direitos fundamentais.

A Defensoria Pública-Geral contou com a colaboração da Defensoria Pública em Janaúba, por meio do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração da petição inicial.

Acesse os acórdãos nos links abaixo

[Caeté](#)
[Buenópolis](#)

AÇÕES DE DESTAQUE

Defensoria Pública instaura inquérito civil e encaminha ofício à PMMG, solicitando informações sobre abordagem policial em Itabira

Na segunda-feira (8/11), a Defensoria Pública de Minas Gerais instaurou inquérito civil, encaminhando ofício ao comandante da Polícia Militar, coronel Rodrigo Sousa Rodrigues, pedindo esclarecimentos em relação à abordagem policial ocorrida em Itabira, no dia 5 de novembro, em que uma mulher, acompanhada de duas crianças, foi derrubada, imobilizada, algemada e presa em uma ação policial. A corporação, conforme determina a Lei de Acesso à Informação, tem prazo de 20 dias para responder à Defensoria Pública.

No ofício, a Defensoria Pública solicita que a corporação encaminhe cópia do boletim de ocorrência registrado no dia e o laudo do exame de corpo delito da mulher, bem como o da criança,

caso este tenha sido feito. Além disso, requisita informações a respeito da cidadã abordada e o local para onde a mulher foi levada.

A DPMG pede, ainda, que a Corregedoria da PMMG apure as condutas individuais dos policiais; remeta cópias do histórico disciplinar dos agentes envolvidos e os respectivos procedimentos administrativos disciplinares aos quais eles tenham respondido; preste informações sobre protocolo de abordagem, no que diz respeito à observância dos direitos e integridade física das pessoas, inclusive quando envolvam crianças e adolescentes; e esclareça as bases científicas utilizadas, caso a grade de formação policial contenha disciplina de direitos humanos e recortes de gênero, raça e classe social.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública participa de reunião para coordenação de ações em apoio aos indígenas Warao em BH

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), junto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte (Conpir), participou de reunião na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para tratar do acolhimento dos indígenas venezuelanos refugiados em Belo Horizonte.

O encontro, no dia 29 de outubro, foi organizado pela deputada Andréia de Jesus, presidenta da Comissão dos Direitos Humanos da ALMG, com o objetivo de alinhar ações e ideias para resolver a situação dos 74 indígenas venezuelanos da etnia Warao, abrigados em Belo Horizonte, e também construir uma política estadual de atendimento a imigrantes, refugiados e apátridas.

A defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), que representou a DPMG na reunião, disse que é preciso ocorrer a mudança no abrigo

dos imigrantes venezuelanos, uma vez que o local não apresenta condições legais e de salubridade para receber famílias constituídas, com crianças pequenas.



Defensora Rachel Passos (1ª à direita), da DDPH, participou de reunião na ALMG para debater a situação dos refugiados venezuelanos na capital mineira. Foto: Willian Dias/ALMG

[Leia a matéria na íntegra](#)



NA MÍDIA

G1 Minas

Morte de bebê indígena de grupo venezuelano em abrigo de BH será investigada, diz prefeitura

[Acesse aqui](#)

Rádio Itatiaia

Defensora pública fala sobre condições insalubres de abrigo de imigrantes venezuelanos em BH

[Acesse aqui](#)

AÇÕES DE DESTAQUE

Poder de requisição da Defensoria Pública reduz judicialização, indica estudo do Condege

Para 77,7% das defensoras e defensores públicos do País, o poder de requisição pela Defensoria Pública contribuiu para a redução da judicialização nos casos em que foi utilizado. É o que mostra um estudo inédito realizado pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege) divulgado na quinta-feira (11/11). De Minas Gerais, 148 membros da Defensoria Pública do Estado colaboraram com o levantamento.

Os dados foram coletados no período de 29 de outubro a 5 de novembro deste ano e ouviu 1.152 defensoras e defensores públicos. Os resultados serão levados ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte começou a julgar, na sexta-feira (12/11) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.852, que questiona o poder de requisição das Defensorias Públicas. O caso é relatado pelo ministro Edson Fachin.

O poder de requisição das Defensorias Públicas tem previsão na Lei Complementar 80/1994 e permite à Instituição requisitar a qualquer autoridade pública certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e todas providências que considerar necessárias para o andamento célere e efetivo de processos e defesa da população vulnerável.

O estudo foi realizado com o apoio de todas as Defensorias Públicas nos estados e organizado em formato de relatório pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ). Foi motivado a fim de se apresentar um diagnóstico nacional sobre o poder de requisição e os efeitos do exercício dessa prerrogativa para a celeridade do Poder Judiciário, redução de custos do processo e defesa efetiva dos direitos humanos.

[Clique aqui para acessar o relatório](#)

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública realiza campanha de arrecadação de brinquedos para instituição de acolhimento de crianças e adolescentes

Doações serão destinadas à criação de uma brinquedoteca na Unidade de Acolhimento Arco-Íris, em Francisco Sá

A Defensoria Pública de Minas Gerais está realizando campanha de arrecadação de brinquedos para a formação da brinquedoteca da Unidade de Acolhimento Institucional Arco-Íris, em Francisco Sá. As doações serão destinadas também para presentear as crianças que estão atualmente abrigadas na instituição.

Os brinquedos serão recebidos até o dia 3 de dezembro, de segunda a sexta-feira, de 10 às 16 horas, nas unidades da Defensoria Pública em Francisco Sá, Montes Claros e Belo Horizonte.

De acordo com o defensor público João Victor Santos Muruci, coordenador da Defensoria em Francisco Sá, o objetivo da campanha é concretizar os direitos convencionais, constitucionais e legais ao lazer, cultura, esportes, divertimento e recreações das crianças e adolescentes institucionalizados.

No caso de o volume de doações ser além das necessidades da Casa Arco-Íris de Francisco Sá, os brinquedos serão enviados para a criação de uma brinquedoteca na Unidade de Acolhimento Georgina Mineiro, em Capitão Enéas.



Casa Arco Íris

A Unidade de Acolhimento Institucional Arco Íris, de Francisco Sá, foi criada em dezembro de 2019. Possui capacidade para abrigar temporariamente até 10 crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos e onze meses, cujo vínculo familiar foi rompido, ameaçado ou fragilizado.

[Veja aqui os locais de entrega](#)

ESCOLA SUPERIOR

Encontro virtual que debateu remoções em áreas de risco está disponível no canal da DPMG no Youtube

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Escola Superior (Esdep), promoveu no dia 10 de novembro o seminário virtual “Remoções em Áreas de Risco”. A gravação está disponível no canal da Defensoria de Minas no YouTube. O encontro foi mediado pela defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, da DPMG, junto ao professor de Direito Urbanístico e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Daniel Gaio.

Foram palestrantes a defensora pública Viviane Tardelli, coordenadora do Núcleo de Terras e Habitação e Núcleo de Loteamentos (NUTH) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro; e a assistente social Dora Vargas,

com atuação e pesquisa em desastres socioambientais, gestão de desastres, proteção social e políticas de desenvolvimento urbano.



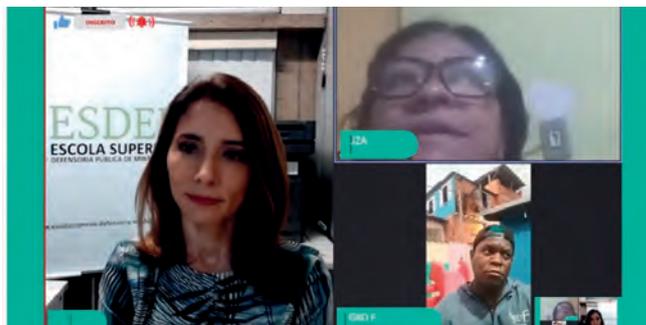
[Acesse aqui a gravação](#)

Roda de conversa em comemoração ao Dia Estadual da Favela

Também disponível no canal da Defensoria Pública de Minas Gerais no YouTube (c/defensoriamineira) a roda de conversa em comemoração ao Dia Estadual da Favela, promovida pela Instituição, por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG). O encontro aconteceu o dia 4 de novembro e contou com apresentação da defensora pública Cleide Nepomuceno.

Participaram ainda como convidados a líder comunitária no conjunto Taquaril/BH e militante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em Minas Gerais, Edneia Aparecida de Souza; e o arte educador, mobilizador social, presidente municipal do Fórum do

Hip Hop de Belo Horizonte e nacional da organização cultural “Nação Hip Hop Brasil”, Fred Negro F.



[Para assistir, clique aqui](#)



Defensorias de Minas e do Paraná promovem I Congresso Interdefensorias de Acesso à Justiça

Acesse a hotsite do evento pra informações sobre a programação, palestrantes e inscrições

[Acesse aqui](#)

HOMENAGENS

Defensor público-geral recebe Colar do Mérito da Justiça Militar



O presidente do TJM-MG, desembargador Fernando Armando Ribeiro, entrega o Colar do Mérito do Judiciário Militar ao defensor-geral Gério Patrocínio Soares. Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi homenageado com o “Colar do Mérito Judiciário Militar”, outorgado pelo Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. A solenidade aconteceu na sexta-feira (5/11), em comemoração aos 84 anos da Justiça Militar de Minas Gerais.

No total, foram 45 homenageados, dentre autoridades federais e estaduais, servidores públicos, policiais militares e civis e bombeiros militares. Dentre os outorgados estão o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Fux; o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco; e o presidente do Superior Tribunal Militar, ministro general Luís Carlos Gomes.

Defensor público é homenageado na abertura da Semana da Conciliação no TJMG por atuação em Brumadinho

O defensor público Felipe Augusto Cardoso Soledade foi homenageado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) com a placa “Desembargador Herbert Carneiro”. A honraria é destinada ao reconhecimento de personalidades que se destacam no tratamento adequado de conflitos e na promoção da conciliação, no âmbito do Judiciário mineiro.

O defensor público Felipe Soledade foi homenageado em reconhecimento à atuação junto ao Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise na mediação dos acordos extrajudiciais de reparação de danos das vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho e também pela sua contribuição

na elaboração do acordo firmado entre a Vale e as instituições de Justiça para medidas de reparação nas áreas e população atingidas.



Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG

[Leia mais](#)

Defensora pública do Núcleo de Brasília participa de sessão na Câmara nos 1.000 dias do desastre de Brumadinho



A defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira, coordenadora do Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, da Defensoria Pública de Minas Gerais, em Brasília, participou de sessão realizada pela Câmara dos Deputados para marcar os mil dias do rompimento da barragem de Brumadinho. O evento ocorreu no dia 29 de novembro como forma de prestar solidariedade às vítimas e cobrar justiça e reparação.

Em seu pronunciamento, a defensora pública, afirmou que o trabalho diligente da associação de vítimas terá resultado. “Na luta contra Davi e Golias, quem ganhou foi Davi, mesmo tendo menos força. Nós queremos que as respostas justas sejam dadas após Brumadinho”, disse.

REPARAÇÃO BRUMADINHO

Consulta Popular para definição de investimentos em Brumadinho e áreas atingidas tem prazo estendido até 22 de novembro

Em atenção às centenas de pessoas atingidas que ainda estão concluindo seu processo de participação e após ouvidos os prefeitos, os compromitentes do Acordo Judicial de Reparação – Governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Defensoria Pública de Minas Gerais – deliberaram por prorrogar o prazo para o término da Consulta Popular nos 26 municípios atingidos pelo rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho.

O processo de priorização via MG App e portal do Cidadão (www.cidadao.mg.gov.br), que se encerraria na

sexta-feira (12/11), permanecerá disponível até o dia 22 de novembro. Os pontos de apoio nos municípios estão sendo reavaliados.



FGV assume a gestão do Programa de Transferência de Renda aos atingidos de Brumadinho

A partir deste mês, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) está responsável por gerenciar o Programa de Transferência de Renda (PTR), destinado a atender cerca de 100 mil pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho.

O PTR será pago nos mesmos valores, condições e prazos a todos os cadastrados que hoje recebem o pagamento emergencial. Os recursos serão depositados nas mesmas contas bancárias dos assistidos, de acordo com o calendário em que a Vale realizava os depósitos.

A FGV foi nomeada pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais para gerenciar e operacionalizar o PTR após ser selecionada pela Defensoria Pública de Minas Gerais e Ministérios Públicos Federal e Estadual.

O Programa está previsto no Acordo Judicial para Reparação Integral Relativa ao Rompimento da Barragem em Brumadinho. Suas próximas etapas serão estruturadas, implementadas e gerenciadas pelas Instituições de Justiça com o apoio da FGV.

A Fundação acredita que, a partir do diálogo com os atingidos, comunidades locais, movimentos sociais, assessorias técnicas, Instituições de Justiça e o Juízo, o Programa de Transferência de Renda será qualificado e aperfeiçoado, garantindo-se transparência nas informações e atendimento individualizado aos beneficiários do Programa.

Em breve a FGV disponibilizará um canal telefônico exclusivo para atendimento.

Defensorias de Minas e da União questionam executivos estadual e federal e recomendam a suspensão licenciamento minerário no Norte de MG

Na sexta-feira (5/11), foi expedida a segunda recomendação do ano, assinada em conjunto por representantes das Defensorias Públicas da União (DPU) e do Estado de Minas Gerais (DPMG). Por meio dela, instituições subordinadas aos poderes executivos federal e estadual são questionados sobre o licenciamento do Projeto Bloco 8, da mineradora Sul Americana de Metais (SAM), na região do Vale das Cancelas, no Norte de Minas.

O texto destaca que as comunidades tradicionais, cuja soberania territorial vem sendo ameaçada pela construção do empreendimento minerário, não tiveram

seu direito à consulta prévia exercido até o momento.

A orientação é direcionada às Secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) de Minas Gerais; ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Agência Nacional de Águas (ANA).

Dentre as recomendações realizadas, destaca-se o pedido de suspensão imediata do licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais além da suspensão imediata da outorga de captação de águas concedida pela Agência Nacional das Águas (ANA) à empresa SAM.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Subdefensor-geral de Minas aborda transformação digital na Defensoria em mesa de debate virtual

O subdefensor público-geral de Minas Gerais, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, participou na sexta-feira (5/11) do painel da segunda edição do Enastic da Advocacia Pública. O evento é promovido pelo Judiciário Exponencial, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE-RS) e apoio da Escola da Advocacia-Geral da União (AGU).

No encontro, realizado virtualmente, Nikolas Katopodis debateu a respeito da transformação digital das Defensorias Públicas e, também, da importância das inovações nas atividades jurídicas, como a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para atender a demanda de assistidos.

O subdefensor-geral falou sobre como a pandemia de Covid-19 acelerou o processo de transformação nos atendimentos, reforçando a necessidade, nesse período, da instauração de sistemas que permitissem o fluxo entre assistidos e defensores, como a qualidade na oferta do atendimento virtual.



Ele completou abordando a implementação e potencialização de novas ferramentas para atendimento aos assistidos, centro de destaque da atividade da Defensoria Pública, em relação às inovações digitais. “Assim como levar atendimento de qualidade aos nossos assistidos, a transformação digital também faz parte da nossa atividade”, reforçou o subdefensor.

Defensora pública participa de webinar em projeto da Prefeitura de BH para falar sobre violência de gênero

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, assessora institucional da Defensoria-Geral do Estado e coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, foi uma das expositoras do webinar “Vamos conversar sobre violência”, promovido pelo Circuito Girassol, no dia 5 de novembro.

Com o tema “Educando para a não violência”, Samantha Vilarinho apresentou os conceitos básicos sobre sexo, diversidade sexual, gênero e identidade de gênero. A defensora pública explicou a distribuição desigual de poderes entre os gêneros, falando sobre os estereótipos, instigando os participantes a questionar a assimetria de

poder na sociedade. “Para que as pessoas possam ter acesso a diferentes espaços, bens, serviços e profissões livres de preconceitos”, ressaltou Samantha Vilarinho. Na sequência, falou sobre as diferentes formas de violência contra as mulheres, como a doméstica, institucional, intelectual, cyberbullying e abuso psicológico.

O Circuito de Conversa Girassol é uma iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte com o objetivo de acompanhar de perto as necessidades sociais, além de iniciar um debate com moradoras e moradores sobre os riscos e formas de prevenção de violações de direitos dos quais as mulheres estão expostas, principalmente no período de pandemia.



NA MÍDIA

Super Notícia

Iniciativa oferece atendimento humanitário a pessoas em situação de rua em BH

[Acesse aqui](#)

TV Canção Nova

Arquidiocese de Belo Horizonte promove ação com moradores de rua

[Acesse aqui](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Audiência na Assembleia Legislativa sobre violência contra a mulher tem a participação da DPMG

A defensora pública Ana Cláudia Braga Arêas Pinheiro Pinto, titular da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência na DPMG em Contagem, participou da audiência pública que debateu a importância de iniciativas educacionais como forma de prevenir a violência contra a mulher na sociedade.

O encontro foi realizado na quinta-feira (11/11) pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), com enfoque ao concurso de redação realizado pela Prefeitura de Contagem, cujo tema foi “Educação: Um Caminho na prevenção da violência contra a mulher”.

Em sua fala, a defensora pública destacou principalmente a importância das escolas na desconstrução do machismo em sociedade, de modo a não aceitar e muito menos naturalizar a violência de gênero. Além disso, Ana Cláudia parabenizou também as participantes do concurso e destacou a relevância das pesquisas feitas pelas jovens no sentido de transformação social a respeito da temática.

“A partir de agora todas elas são agentes de transformação social. Contamos com vocês para que levem adiante as informações que obtiveram, com o objetivo de fazer a diferença”, pontuou a defensora pública.

Ela destacou também a necessidade de aproximar a segurança pública da comunidade, além da importância de iniciativas como a do concurso, para que possamos prevenir atos de violência de gênero. “A partir de planejamentos e iniciativas saem grandes ideias e projetos, que se transformam realmente em políticas que mudam a realidade de várias pessoas”, reforçou Ana Cláudia.



A defensora pública Ana Cláudia Arêas durante sua apresentação. Reprodução Ascom/DPMG

Participantes do concurso

Estiveram presentes na audiência as alunas premiadas pelo concurso de redação realizado pela Prefeitura Municipal de Contagem. São elas: Rebecca Aguilar Ferreira, Marina Melo de Oliveira, Maria Eduarda Silva dos Anjos e Camile Silva de Azevedo.

Em suas apresentações, as jovens pontuaram a importância de iniciativas dentro de uma política de educação voltada para as mulheres, a necessidade da escola para debater a violência de gênero, além do alerta à percepção dos sinais daquelas que sofrem.

Além disso, falaram sobre a reflexão a respeito do tema, de grande relevância social. “Fazer a redação me levou a uma reflexão profunda. Muitas vezes, vivemos essa violência, mas não sabemos identificar”, apontou uma das alunas.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Expediente e atendimentos presenciais e remotos na DPMG

Veja aqui os canais de atendimento e as Resoluções Conjuntas 002, 006 e 007/2021

NA MÍDIA

Para mais notícias da Defensoria de Minas

[Acesse aqui](#)



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL

ABERTURA DE CONSULTAS PARA COOPERAÇÕES VOLUNTÁRIAS E TEMPORÁRIAS

Defensoria Especializada em Urgências Criminais de Belo Horizonte – com início em 3 de dezembro e término previsto para 17 de dezembro de 2021. Inscrições até às 23:59 horas, do dia 17 de novembro de 2021 para o e-mail: gabinete@defensoria.mg.def.br

[Resolução nº 416/2021](#)

1ª, 2ª e 3ª Defensorias de Família em Contagem – com início em 18 de novembro de 2021 e término previsto para 18 de maio de 2022. Inscrições até às 13 horas, do dia 16 de novembro de 2021, para o e-mail: gabinete@defensoria.mg.def.br

[Resolução nº 421/2021](#)

[Resolução nº 422/2021](#)

[Resolução nº 423/2021](#)

Mutirão de atendimento no Presídio de Ribeirão de Neves II – Mutirão será realizado no período de 22 a 26/11/2021. Interessados devem solicitar inscrição até as 23h59 do dia 17 de novembro pelo e-mail gabinete@defensoria.mg.def.br

[Resolução nº 425/2021](#)

Resolução dispõe sobre plantões de finais de semana, feriados e pontos facultativos das audiências de custódia em Belo Horizonte no primeiro semestre de 2022

[Resolução nº 424/2021](#)

Concessões de quinquênios e férias-prêmio – 28/05/2020 e 31/12/2021

[Memorando Circular nº 03/DPG/DPMG/2021](#)

Acesso ao PJe Mídias

A Assessoria de Planejamento e Infraestrutura informa que os cadastros para acesso ao PJe Mídias serão feitos pela Defensoria Pública. Para tanto é necessário encaminhar e-mail com a solicitação para distribuicao@pje.def.br contendo as seguintes informações: nome completo, CPF, e-mail institucional e telefone.

Após o cadastro, o PJe Mídias pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login>

A senha do primeiro acesso é o CPF do usuário. Após o primeiro acesso o usuário receberá por e-mail link que permite alteração da senha.

COORDENADORIA CRIMINAL DA CAPITAL

Resultado do sorteio para participação em plantões nos eventos esportivos do mês de novembro 2021

O sorteio foi realizado no dia 5/11 pelo site www.sorteios.org, para definição das defensoras e defensores públicos da Capital e RMBH interessados em participar dos plantões nos eventos esportivos no mês de novembro 2021.

[Confira aqui os contemplados](#)

BRASÍLIA

Núcleo de Atuação Junto aos Tribunais Superiores disponibiliza pesquisas

Considerações sobre a Súmula 182 do STJ, que trata da necessidade de impugnação específica nos agravos dirigidos aos Tribunais Superiores

[veja aqui](#)

Tráfico de drogas na forma na forma privilegiada – Decisões recentes do STJ, alinhamento da 5ª e 6ª turmas. Compilado de inquéritos policiais e ações penais em curso e reconhecimento da minorante (20/10/29021)

[veja aqui](#)

ESCOLA SUPERIOR

ESDEP lança consulta de temas para elaborar calendário de eventos/2022

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) está elaborando o calendário de eventos para o primeiro semestre de 2022. Para tal, disponibilizou o questionário sobre os temas a ser respondido até as 12 horas do dia 19 de novembro de 2021.

[Leia mais](#)

ASCOM INFORMA

Alteração no menu superior da intranet: Diário Oficial e Cartilhas

A página do Diário Oficial Eletrônico da DPMG (DODP/MG) no portal da Instituição pode ser acessada pelo menu superior no Gerais. As últimas cartilhas editadas pela DPMG encontram-se disponíveis para download no Gerais em aba específica, menu superior. Para acessar clique nos links abaixo:

[Diário Oficial](#)
[Cartilhas](#)

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

SGPSO INFORMA

Formulários para expedição de crédito de plantões disponíveis

Encontra-se disponível no Sistema Gerais, na aba da Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional, os formulários para a expedição de certidões de crédito decorrentes do exercício de plantões, atividades finalísticas e administrativas extraordinárias.

[Acesse aqui](#)

Os formulários referem-se à Resolução nº 413/2021, que regulamenta o processo de conversão dos dias de crédito ou atividades finalísticas extraordinárias em indenização, conforme disposto na Deliberação nº 190/2021/CSDPMG. A resolução trata das competências da Defensoria-Geral, Subdefensoria-Geral, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Coordenadorias Regionais e Locais, CooproC e Superintendências para a expedição das certidões, assim como os requisitos, prazos entre outras informações.

[Resolução nº 413/2021](#)

[Deliberação nº 190/2021](#)

SRLI/DPA INFORMA

Comissão Inventariante 2021 comunica orientações sobre realização inventário

Considerando a Resolução nº 378/2021, que dispõe sobre a composição das comissões inventariantes, as datas-limite e as atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro de 2021, a Comissão elaborou as seguintes orientações para a execução dos trabalhos, a saber:

A Comissão Inventariante irá realizar o levantamento físico dos bens patrimoniais somente em unidades administrativas de Belo Horizonte.

A realização do inventário físico dos bens permanentes nas demais unidades, com data-base de 31 de outubro de 2021, é de responsabilidade dos coordenadores locais, sob supervisão dos coordenadores regionais, na forma da Resolução nº 378/2021, e sua conclusão deverá ser encaminhada à presidência da Comissão Inventariante até o dia 26 de novembro de 2021.

O passo a passo para download e upload (Office 365 - Sharepoint e Forms) dos arquivos serão disponibilizados nos e-mails dos coordenadores regionais e locais. [\(clique aqui\)](#)

Os coordenadores que não tenham recebido devem contatar a Comissão, por meio do e-mail: comissao.inventariante@defensoria.mg.def.br

Suspensão nas movimentações de bens permanentes móveis

Entre 1º a 30 de novembro de 2021, as movimentações de bens de consumo e permanente entre as unidades da DPMG estão suspensas, salvo em caso de urgência, em que a demanda deverá ser apreciada pela Subdefensoria Pública-Geral. Em virtude da realização do inventário anual, as unidades que tiverem interesse em receber materiais de consumo, no mês de dezembro/2021, antes do recesso do judiciário, deverão encaminhar as requisições em novembro/2021, conforme cronograma da rota da respectiva região. A DPA não receberá requisição de material de consumo no mês de dezembro/2021, retornando os atendimentos em janeiro/2022, após o recesso do judiciário. O catálogo atualizado de materiais encontra-se atualizado na intranet.

Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria

Em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) tem como objetivo a proteção de dados relativos a qualquer pessoa física que se encontre no território brasileiro, com impacto em nosso dia a dia.

Para informar e promover a conscientização sobre a LGPD e sua aplicação, uma série de *cards* de apresentação e dicas estão sendo divulgados periodicamente em canais internos da DPMG, como estes abaixo:

ENTENDA A LGPD
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
NA DEFENSORIA

ALÉM DOS DIREITOS PRINCIPAIS DOS TITULARES DE DADOS PREVISTOS EM SEU ARTIGO 18, A LGPD MENCIONA OUTROS, COMO POR EXEMPLO:

Direitos do Titular (Parte 4)

- O direito de se manifestar contra o controlador na ANPD e em órgãos de defesa do consumidor
- O direito de opor-se ao tratamento realizado com dispensa de consentimento, caso não esteja em conformidade com a lei
- Os direitos do titular serão exercidos mediante seu requerimento expresso ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento. O requerimento deve ser atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento

NA PRÁTICA, QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DIREITOS DO TITULAR?

Direitos do Titular (Parte 3)

- Revogação de consentimento: Direito de manifestar, por procedimento gratuito e facilitado, a revogação do seu consentimento em relação ao tratamento de seus dados pessoais
- Compartilhamento: Direito de receber informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais os seus dados pessoais são compartilhados
- Explicação: Direito de obter informação sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer o seu consentimento sobre determinada operação de tratamento de seus dados pessoais
- Oposição: Direito de se opor ao tratamento de seus dados pessoais quando realizado em descumprimento à LGPD
- Revisão de decisão automatizada: Direito de solicitar informações claras a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a tomada de decisão com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, tais como decisões destinadas a definir seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou ainda os aspectos de sua personalidade

O cidadão confia seus dados à Defensoria. Não deixe informações nas mãos de terceiros.

DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA